

Brasil

Abreu admite que a economia só cresce 1% este ano

A economia brasileira deve crescer apenas 1% este ano, e não 4%, como consta no programa de ajuste firmado com o FMI, admitiu ontem, o ministro do Planejamento, João Bastita de Abreu. "Não temos ilusão: será um ano difícil, de crescimento baixo", comentou. Ele acredita que, se o Governo for bem sucedido em sua política de ajuste, com o corte nas despesas do setor público, o último ano de mandato do presidente José Sarney também será de baixo crescimento no Produto Interno Bruto (PIB): "4% é uma hipótese aceitável".

A definição do mandato de cinco anos para o Presidente não muda nada na política econômica, garantiu Abreu, para quem o Governo foi notável ao realizar medidas "duras" de contenção da economia antes mesmo da votação de ontem que decidiu quanto tempo Sarney permanece no Governo. Ele descartou mudanças na política salarial ("A política salarial está sacramentada no acordo com o FMI") e garantiu que o Governo não prepara um novo choque para reduzir a inflação.

"Um choque agora, com desequilíbrio tão grande no setor público, seria o caminho para um novo fracasso" — exorcizou Abreu, que reconhece, porém, ser difícil eliminar o caráter "inercial" da inflação apenas com medidas de ajuste nas contas públicas e no setor externo. Abreu acredita que, já em 1989, o Governo terá um maior equilíbrio em seus orçamentos públicos, mas garante: "Nem eu, nem o Presidente, nem o ministro da Fazenda, jamais falamos em choque; acho que porque sabemos que não há os pré-requisitos para ele".

Contenção

Abreu acredita que o Governo pode "repetir a experiência de contenção da economia" levada pelo governo de João Figueiredo de 1981 a 83, "sem a grande recessão que houve naquela época". E alinha dois argumentos para essa avaliação: ao contrário daquela época, o Governo não enfrenta um choque agrícola provocado por quebras de safra, ao contrário; e também não é

esperada a restrição externa daquele período, quando o Brasil enfrentou déficits em sua balança de transações com o exterior.

O ministro do Planejamento acredita que, com o orçamento revisto de forma a ser reajustado de acordo com a evolução de suas principais despesas há condições de espelhar, nesse orçamento, as prioridades do Governo. Para isso, ele vem definindo com sua equipe técnica como distribuirá os diversos recursos do Governo, elaborando uma espécie de plano de prioridades, de acordo com os orçamentos da União, das estatais e das instituições financeiras governamentais, baseado nas projeções da economia. Um exemplo é o setor elétrico, onde o Instituto do Planejamento da Seplan vê indícios de uma crise de abastecimento em futuro próximo. "Vamos avaliar se damos mais recursos para usinas hidrelétricas, se diminuimos investimentos nucleares, por exemplo", especula Abreu.

Desmonte

Paralelamente, os especialistas da Seplan estão definindo a "operação desmonte", que analisa o orçamento em busca de despesas

federais que podem ser repassadas aos Estados — para serem bancadas com o aumento dos recursos definido a Estados e municípios pela Constituinte. Um exemplo possível são as atividades hoje desempenhadas pela Portobrás ou Embrater (do Ministério da Agricultura). "A ideia é fazer uma transferência induzida: deixamos de dar dinheiro, e se o Estado não quiser acabar com a atividade, deverá encampa-la".

Abreu disse não ver problema em que o crescimento da economia este ano seja menor que o previsto no programa acertado com o Fundo Monetário Internacional. "Com uma inflação tão grande, em 600%, uma diferença entre o PIB de 1% e de 4% não compromete as outras metas nominais, como expansão da moeda e o déficit público". O ministro do Planejamento é mais otimista em relação ao resultado das contas externas que o titular da Cacex, Namir Salek: enquanto Salek prevê um aumento das importações este ano em torno de US\$ 1 bilhão, Abreu acredita que o aumento das exportações poderá permitir que as importações cresçam, este ano, em US\$ 2 bilhões.

3/6/88, SEXTA-FEIRA • 11